

Nenhum país alcançará a igualdade de gênero até 2030, afirma a ONU

Das 129 nações do ranking, apenas 21 tiveram avanços suficientes nos direitos das mulheres; Brasil está em 77º lugar, atrás de 11 latino-americanos

(Veja, 03/06/2019 - acesse no site de origem)

Nenhum país no mundo terá alcançado a igualdade entre os gêneros até 2030, de acordo com os dados do primeiro ranking de gênero dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (SDGs), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Mesmo entre os líderes da avaliação, as nações nórdicas, nenhum alcançará as metas previstas em 14 dos 17 objetivos das Nações Unidas. Entre os 129 países que compuseram o ranking, o Brasil ficou em 77º lugar - na América Latina, atrás do Uruguai (32º), Chile (39º), Costa Rica (44º), Argentina (47º), Paraguai (55º), Colômbia (57º), Equador (58º), Panamá (63º), México (64º), Peru (66º) e Bolívia (68º).

Os SDGs foram adotados por 193 países em 2015 e se tornaram um guia mundial para a erradicação da pobreza e a proteção ambiental do planeta, incluindo diversos tópicos contra a desigualdade entre homens e mulheres.

“Mas, com apenas 11 anos até o prazo final para os resultados, nosso ranking estima que nenhum dos 129 países está transformando suas leis, políticas e orçamento público na escala necessária para alcançar a igualdade de gênero até 2030”, explicou à CNN Alison Holder, diretora do Medidas Igualitárias 2030 ([Equal Measures 2030](#)), uma associação da ONU com o setor privado.

Um relatório publicado com o índice desta segunda-feira, 3, ainda calculou que 2,8 bilhões de mulheres e meninas estão vivendo desprotegidas pelos governos de seus países.

“Este documento deveria servir como um alerta para o mundo. Nós não alcançamos os SDGs com 40% das meninas e mulheres vivendo em países que estão [falhando em igualdade de gênero](#)”, disse Melinda Gates, vice-presidente da Fundação Bill & Melinda Gates, em comunicado.

O ranking avaliou 129 países com notas de 0 a 100, atribuídas de acordo com o avanço em cada um dos fatores cobrados. Países com mais de 90 pontos estariam fazendo progressos “excelentes”, e aqueles abaixo de 50, avanços “insuficientes”.

A média global dos participantes foi 65,7 pontos, considerada “fraca” em comparação às expectativas, afirmou a nota do Medidas Igualitárias 2030.

Nenhuma nação alcançou 90 pontos ou mais. O top 10 do ranking é formado por Dinamarca, Finlândia, Suécia, Noruega, Holanda, Eslovênia, Alemanha, Canadá, Irlanda e Austrália.

O relatório atribui os desempenhos acima da média destes países aos serviços públicos de qualidade e à seguridade social. Apenas 21 dos avaliados alcançaram marcas acima de 80,

incluindo o Japão e o Reino Unido, não escapando de críticas das entidades envolvidas.

“Está claro que até mesmo os países mais igualitários em gênero devem melhorar em relação a problemas como o orçamento para os gêneros nos serviços públicos, a representatividade igualitária em cargos de poder, a diferença salarial entre sexos e a violência impulsionada pelo gênero”, opinou Holder.

Os Estados Unidos foram avaliados com 77,6 pontos, uma nota reduzida por sua má gestão de problemas como a pobreza e a participação econômica feminina, justificou o relatório. No ranking, estão em 28º lugar.

Guerra e desigualdade

Ainda segundo o estudo, a fragilidade dos Estados e os conflitos estão por trás da performance dos últimos colocados: Chade, República Democrática do Congo, Iêmen, Níger e Mauritânia. Para remediar a situação, o documento pede ajuda à comunidade internacional para investir nesses países e apoiá-los.

Regionalmente, a Europa e a América do Norte lideraram o ranking, enquanto a parte final do ranking é dominada por nações africanas.

Apesar disso, a avaliação também identificou países com menos recursos, porém com mais habilidade para atacar sua desigualdade de gênero do que economias desenvolvidas. O Senegal, por exemplo, tem mais mulheres no Parlamento (42%) do que a Dinamarca, com 37%, apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) do país escandinavo ser “56 vezes maior”, destacou o documento.

Em outro caso, o Quênia tem uma taxa de mulheres acessando bancos digitais mais alta que em três quartos dos países avaliados. Já a Colômbia oferece uma assistência social aos mais pobres melhor do que a dos Estados Unidos.

Para que as nações melhor avaliadas cumpram seu “quilômetro final” na corrida pela igualdade, o projeto Medidas Igualitárias alerta para a necessidade de uma análise multifacetada dos gêneros, planejando políticas que “foquem nos grupos de meninas e mulheres que possam ser invisíveis em suas sociedades e que estão sob o risco de serem deixadas para trás por fatores como raça, religião e orientação sexual.”